



FEMINIZAÇÃO DE MAGISTÉRIO: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DA MULHER EM CAMPINA GRANDE

Autora (1); Vera Lúcia Alves da Silva Coautora (1); Ana Lúcia Martins Costa.

Unigrendal. Vera-lucia1010@hotmail.com; Unigrendal. Alcosta2012@bol.com.br

RESUMO

O presente Artigo tem por objetivo realizar uma análise do imaginário e das representações sociais que durante estes primeiros anos do século XXI, têm motivado muitas mulheres a buscarem o curso de pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Apesar das inúmeras conquistas realizadas pelas mulheres ao longo da história do Brasil, proporcionadas através das reivindicações femininas por direitos, as condições das mesmas, ainda se fazem vulneráveis, pois apesar de várias conquistas, estas continuam optando por profissões entendidas como femininas, como a docência. Para entender esse processo, será realizada uma pesquisa sobre o processo de educação feminina em Campina Grande e no Brasil. Possibilitando perceber que muitas estudantes, que buscam o curso de pedagogia, são influenciadas por uma cultura falocêntrica que direciona o feminino para maternidade, induzindo as pedagogas a representar o magistério como o prolongamento das funções maternas.

Palavras-chave: Mulher, Educação, Pedagogia, Campina Grande.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as questões de gênero vêm despertando o interesse de muitos pesquisadores, mas as discussões referentes à relação entre gênero e docência ainda necessitam serem aprofundadas. Portanto, este artigo consiste em realizar uma análise do processo de educação das mulheres em Campina Grande e no Brasil e das representações sociais que têm motivado um número de mulheres maior que de homens a buscar o curso de pedagogia oferecido pela UFCG, nestes primeiros anos do século XXI.

Nas últimas décadas do século passado, os estudos sobre as representações do masculino e feminino vêm ganhando espaços na academia. Tal mudança deve-se as transformações profundas, motivadas pela luta das mulheres por igualdade de direito. No entanto, apesar de tantas conquistas femininas, a presença predominante das mulheres no curso de pedagogia da UFCG se faz notória não só em Campina Grande, mas em todo Brasil. Dessa forma, as pesquisas e discussões voltadas para compreender os significados que envolvem a inclinações das mulheres para o exercício da docência ainda são pouco abordadas.



Portanto nossa pesquisa tem como objetivo Analisar o processo de construção da imagem da mulher não só no Brasil, mas em Campina Grande, nos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, e suas contribuições para inclinação feminina para o curso de pedagogia da UFCG.

Também temos como objetivo Investigar a opção feminina pelo curso de pedagogia da UFCG, como uma consequência de uma construção social. Permeada de ideologia, valores e relações de poder que compõem o imaginário e as representações sociais da sociedade campinense; e Compreender a feminização do magistério como um processo enraizado nos estereótipos que permeiam a imagem feminina e a segregação sexual, que submeteram socialmente a mulher ao longo da história.

Esta pesquisa contribuirá para ampliar as reflexões sobre o interesse feminino pelo magistério, despertando um olhar crítico em relação ao tema. Visando superar uma visão ingênua e romântica da sociedade em relação à professora pedagoga, através da análise da representação social construída pelo imaginário da sociedade em relação à busca pelo curso de pedagogia da UFCG.

METODOLOGIA

Na busca por entender os motivos que levam o corpo discente do curso de pedagogia oferecido em Campina Grande pela UFCG, serem compostos quase que exclusivamente por mulheres, durante esses primeiros anos do século XXI. Realizaremos uma pesquisa de cunho qualitativo e uma revisão bibliográfica para investigarmos essa inclinação do feminino por pedagogia, como resultado de fatores sociais, culturais, econômico e político, conduzidos por uma ideologia que compõem o imaginário e as representações sociais em relação à imagem feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a história de Campina Grande e do Brasil, várias mulheres vêm exaustivamente lutando, por espaço na sociedade. Muitas batalhas foram travadas pelo movimento feminista, ao

longo do século XX. No entanto as condições femininas se fazem ainda extremamente vulneráveis, nestes primeiros anos do século XXI, no que se refere à igualdade de gênero, pois mesmo diante de várias conquistas estas não são plenamente garantidas.

O trabalho docente assim como outras atividades exercidas pelo feminino vem no decorrer da história de Campina Grande e do Brasil, passando por tentativas de domínio ideológico, provocado por normas masculinistas¹ que buscam controlar as mulheres. Enquadrando estas ao sistema que tanto impõe estereótipos, como desqualifica economicamente seu trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Para compreender por que o curso de pedagogia oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande tem atraído um número muito grande de mulheres, durante esses primeiros anos do século XXI se faz necessário resgatar o processo histórico da educação feminina em Campina Grande e no Brasil, para permitir entender a construção do imaginário social produzido em torno da mulher campinense.

Localizada no Estado da Paraíba, Campina Grande foi fundada em 1697 e elevada a categoria de cidade em 1864, esta se tornou bastante conhecida por seu desenvolvimento tecnológico, que fez desta uma referência não apenas no Brasil, mas também na América Latina. Além de ser uma cidade universitária, onde se localiza a Universidade Federal de Campina Grande, que oferece o curso de pedagogia, o qual é muito procurado pelas mulheres.

Para entender essa atual busca das mulheres pelo curso de pedagogia oferecido pela UFCG, no contexto histórico-cultural. É necessário buscar no iluminismo, que surgia na Europa durante o século XVIII, subsídios para entender o processo de feminização² do magistério, a partir das ideias iluministas que apontavam o conhecimento como condição para alcançar a felicidade, além de defender segundo DURÃES (2011):

¹ O termo masculinista é utilizado para se referir a uma forma de dominação do masculino que temendo o avanço do feminino busca manter os privilégios que sempre tiveram.

² O termo feminização se refere ao crescente aumento quantitativo do número de mulheres presente em uma determinada profissão ou ocupação, neste caso esta se encontra vinculada ao magistério.



[...] a importância da mãe na educação dos seus filhos. Entre eles, se encontravam, por exemplo, Rousseau, Kant e Condorcet, que, mesmo alegando a condição natural, a inferioridade e a dependência da mulher, defenderam a necessidade de sua educação. Para eles, o destino natural da mulher era o matrimônio e a maternidade. (DURÃES, 2011, p.11).

A Chegada das ideias iluministas a Europa, proporcionou a associação segundo NERI (2002) do “[...] feminino à natureza e a paixão com objetivo de excluí-la da cultura [...]” (NERI, 2002, p 16). Conduzindo a um modelo de cultura que aproxima o feminino da natureza maternal e do lar, enquanto ao masculino estava reservado o conhecimento e a civilização.

Com a chegada em 1816 da família real no Brasil segundo Santos (2009) “[...] dá-se início á uma instrução laica para as mulheres através do trabalho de senhoras portuguesas, francesas e alemãs que ensinavam costurar, bordados, religião [...]” (SANTOS, 2009, p. 63). Ensinaamentos que não era destinado a todas as meninas da colônia, além de não ter como propósito a isenção das mulheres à escolarização, pois a prioridade feminina deveria ser o casamento ou a vida religiosa.

As primeiras Escolas Normais fundadas no Brasil tinham como objetivo atender ao público masculino. Com as transformações trazidas pela modernidade surgiram as necessidades de criarem escolas para as mulheres. No entanto o currículo destinado ao feminino tinha um caráter diferenciado, que excluía determinadas disciplinas, entendidas como desnecessária, e incluía atividades domésticas.

A crescente industrialização que chegou ao Brasil durante o século XX não alargaram os caminhos do feminino e nem proporcionava liberdade econômica ou autonomia intelectual, para que a ordem social não fosse comprometida. Do contrário segundo SANTOS (2009) “[...] tornava-se necessário que fossem educadas, somente se o lar, o marido e os filhos fossem com isso beneficiado [...]”. (SANTOS, 2009, p.67)

Neste contexto Campina Grande passou a ser considerada promissora graças ao desenvolvimento trazido pelo comércio do algodão e pelo transporte ferroviário que proporcionava a circulação não só de pessoas, mas de riqueza e informações.

As transformações traziam novos ritmos de vida, códigos e ofícios que exigiram outras maneiras de convivência entre os habitantes de Campina Grande. Para estes a educação que se resumia as orientações familiares, se fazia insuficiente. Era necessário refletir quanto a outras



formas de educação, capazes de proporcionar meios para situar as crianças aos novos tempos que floresciam junto com a modernidade.

Em 1822 surgiu à primeira escola de Campina Grande, a qual era destinada aos meninos. Enquanto as meninas continuavam no ambiente doméstico, se preparando para o matrimônio e a maternidade, pois de acordo ALMEIRA (2012). “[...] natureza feminina precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente, designadas – serem esposas e mães.” (ALMEIDA, 2012, p.3).

Atitude que objetivava submeter o feminino aos interesses do masculino por meio de métodos que conforme FOUCAULT (1987) “[...] permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade - utilidade são o que podemos chamar as —disciplinas [...]” (FOUCAULT, 1987, p.126).

Privando as meninas do conhecimento de matemática, geometria, português e religião católica, exigido por lei e ministrado pelo professor José Gomes Barbosa. Era construído um modelo de mulher, solicitado pelos padrões morais e comportamentais de Campina Grande.

Mergulhadas em uma disciplina que cultuava a domesticidade, as mulheres campinenses eram conduzidas a assimilarem valores voltados para o matrimônio e a maternidade, renegando possibilidades, que as conduzissem a autonomia, enquanto as habilidades e os conhecimentos de dona de casa se tornavam cada vez mais, significativos.

O corpo da mulher se tornava um produto histórico e cultural do discurso poderoso que perpassava as fronteiras do tempo, influenciando e naturalizando as relações de gênero.

Com o desenvolvimento científico que fazia de Campina Grande, uma cidade considerada moderna e civilizada, surgiu em 1857 à primeira escola destinada exclusivamente as mulheres. Nesta o conhecimento destinado para as meninas era diferente do aplicado aos meninos, pois eles eram preparados para a vida pública enquanto a educação feminina representava um verdadeiro ritual para o casamento.

As habilidades e conhecimentos do mundo doméstico vão sendo reconhecidos e incorporados aos currículos escolares das meninas. Enquanto ao masculino eram direcionadas as atividades racionais, a autossuficiência e a circulação pública.



Tempos depois em 1931 foi fundado o colégio Imaculada Conceição, que administrado pelas ordens religiosas tinha como objetivo até 1970 educar apenas as meninas. Este destinado a elite de Campina Grande ao prioriza a educação de moças, camuflava interesse comprometidos com a manutenção de papéis e valores culturalmente reservados ao feminino.

Pautada na doutrina cristã e na pedagogia rígida de proibições, a educação do colégio priorizava a preparação para o matrimônio. Ideia perpetuada pela família, igreja e Estado que cultuava o discurso dominador internalizado na sociedade.

Ao som dos argumentos alicerçados na cultura falocêntrica³, favoráveis a maternidade e ambiente doméstico surgem em Campina Grande na década de 1910, escolas onde a educação era direcionada tanto ao masculino quanto ao feminino.

Para cada sexo era traçado comportamentos e expectativas que conduziam o masculino e o feminino a reconhecerem como seus, os papéis atribuídos para cada gênero na sociedade. A mulher deveria ser constantemente vigiada no espaço público, portanto ela deveria ser atenciosa em relação as suas roupas e gestos para não comprometer sua honestidade. Neste ambiente de segregação existiam para cada sexo diferentes formas de expectativas que cominavam em normas e comportamentos que iam sendo ensinados e internalizados pelos alunos e alunas.

Neste contexto surgem indagações e discursões de estudiosos, quanto à profissão mais adequada para mulheres, as quais apontavam a educação infantil como ideal para as mulheres. Fazendo surgir no Brasil segundo BÉLENS⁴ “[...] a ideia da vocação feminina para educar as crianças, visão desencadeada pela noção de amor incondicional da mãe em relação aos seus filhos e esta pureza e doação maternal se estenderia no cuidado da infância [...]”.

Enraizado neste projeto de modernidade e urbanização foi criado em Campina Grande no ano de 1919, o Instituto Pedagógico campinense, fundado por Alfredo Dantas Correia de Goés e transferido em 1930, da Rua Barão de Abiaí, para a Rua Marquês do Herval, onde foram ampliadas as suas instalações para proporcionar de acordo com ANDRADE (2012) [...] “desde o curso

³ O termo é vem sendo utilizado para substituir o modelo patriarcal e estar centrado no falo e na convicção que aponta o sexo masculino como superior ao feminino.

⁴O texto produzido por Jussara Natália M. Bélenet al. denominado de ESPOSA À PROFESSORA: AREPRESENTAÇÃO DO CURSO DO MAGISTÉRIO PARA AS MOÇAS POBRES E MOÇAS DA ELITE, NOS ANOS 70, EM CAMPINA GRANDE-PB não possui data nem páginas.



primário e de preparação aos secundários, ministrados pela escola oficial, como cursos comercial e Normal [...]” (ANDRADE, 2012, p.4).

As chamadas Escolas Normais tinham como função a formação tanto profissional, como de boas mães e donas de casa. Garantindo um equilíbrio entre as atividades domésticas e o trabalho. As meninas recebiam ensinamentos para atingirem um ideal de mulher, que era valorizado e aceito socialmente, que lhe proporcionava confiança para educar não só seus filhos, mas também seus alunos, além de cuidar da casa e transmitir a fé cristã.

Diante da modernidade, que exigia de Campina Grande professoras qualificadas para atuarem como pedagogas. Foi criado em 1928, pelo Instituto Pedagógico, o curso Normal, que através do decreto nº 1615 de 1929 foi igualado a Escola Estadual, e denominado de Escola Norma João Pessoa. Passando a emitir títulos de professoras diplomadas. Proporcionando para as mulheres que vivia no anonimato das tarefas domésticas uma oportunidade de romper as barreiras do privado e penetrar no espaço público.

Na Escola Normal João Pessoa ministravam disciplinas curriculares, como língua portuguesa, didática e matemática, além de outros conhecimentos voltados para atividades manuais como artes plásticas e prendas domésticas, tais como costuras e bordados, o que refletia a lógica patriarcal que afastava o feminino do espaço público. Induzindo as estudantes a se prepararem não só para serem professoras, mas também ser dona de casa.

A sociedade exerce um papel fundamental na instituição dos papéis feminino e masculino que marcam e identificam as categorias de gênero que são construções históricas e culturais. Conduzindo as mulheres a serem vistas como portadoras dos critérios necessários à educação de crianças.

O imaginário social proporcionou conduzir a mulher ao magistério e ao ambiente doméstico, através de significações ancoradas em um conjunto de simbologia que é reatualizada e reinventadas para dar sentido à mulher professora que de acordo com BOURDIEU (1999). “[...] É o capital cultural que legitima todo o campo de saberes que se relacionam com o sentido atribuído socialmente nas relações de gênero” [...]. (BOURDIEU 1999, p.54).



A pedagogia proporcionada pela Escola Normal João Pessoa produzia normas, comportamento e atitudes voltadas para o ambiente doméstico. Legitimando e instituindo as tarefas domésticas e o magistério como naturalmente femininos, para serem apreendidos e internalizados como um conjunto de regras atuante em Campina Grande.

Apesar das contribuições da Escola Normal João Pessoa, seus trabalhos foram encerraram em 1962, quando a função de formar professores e professoras foi transferida para a Escola Normal Estadual fundada em 1960 e denominada a partir de 1981 de Escola Normal Estadual Padre Emílio Viana Correia.

A crescente procura das mulheres pela Escola Normal refletia a representação que a sociedade campinense havia construído em torno do feminino, que imbricado pela ideia de que a mulher teria vocação para educar crianças, passavam a conciliar o magistério com as atividades de dona de casa.

Com a criação em 1979 do curso de pedagogia oferecido pela UFCG, com o propósito de formar profissionais para atuarem no ensino infantil. A busca de muitas mulheres pelo magistério se revelou ainda mais evidente quando passaram a exercerem uma função que já exerciam em seus lares fortalecendo a ideia de que educar crianças era missão feminina.

No entanto em pleno século XXI, podemos observar que o curso de pedagogia oferecido pela UFCG ainda permanece muito procurado por mulheres. Apesar da existência ainda um pouco tímida de um pequeno percentual de homem em busca deste curso.

Ao ingressarem no magistério o feminino imbuído pela ideia de vocação, passam a adotarem uma postura semelhante à assumida em seus lares. Segundo LOURO “[...] As mulheres professoras –ou para ser professora- precisam ser compreendidas como mães espirituais [...]”. (2000, p 104). Para que as mulheres não se distanciassem das atividades entendidas como femininas que consistia no casamento e na maternidade, tais funções emprestavam atributos como doação e entrega que passaram a fazer parte da profissão de pedagoga.

A mulher professora era construída dentro de um conjunto de atributos, predicações e restrições pautadas segundo ALMEIDA (2012) na “[...] ideia do ser frágil, dependente, assexuado e passivo, do outro, desenharam-na como portadora de um excesso sexual ameaçador que punha em risco o modelo familiar burguês [...]”. (ALMEIDA, 2012, p.3).



Portanto prepará-las para atuarem no magistério consistia em um projeto político social, onde a escola era percebida como uma instituição responsável pelo progresso e pelo desenvolvimento social dos indivíduos.

No entanto a grande maioria das mulheres não recebia apenas educação profissional e sua dedicação consistia na preparação para o matrimônio e criação dos filhos. Uma vez que as chamadas Escolas Normais tinham como função a formação tanto profissional, como a de boas mães e donas de casa. Garantindo um equilíbrio entre as atividades domésticas e o trabalho.

Enquanto o homem ocupava uma posição hierárquica superior e inquestionável em relação à mulher, o feminino era direcionado a exercer tarefas consideradas na época como mais nobres e desempenhar funções que representavam o prolongamento da esfera doméstica. Impulsionado pelo falocentrismo que naturalizava a divisão sexual e delegava aos sexos funções demarcadas e contrárias.

O perfil de mãe educadora de seus filhos e protetora do lar é resinificada e transportado para professora. Apesar de que a entrada do feminino no mercado de trabalho como educadora, teria despertado críticas, que afirmava que mulheres não eram dotadas de capacidade para exercer tal função, enquanto outros defendiam que era função feminina educar crianças.

A imagem da mulher professora passou a ser instituída pelo imaginário social e definida pela sociedade. Portanto as normas e atitudes que foram produzidas em relação ao feminino e a pedagogia foram culturalmente reproduzidas e internalizadas ao longo do tempo e vem refletindo na procura das mulheres pelo curso de pedagogia da UFCG.

A cultura falocêntrica estruturada no simbolismo tende a impõe as mulheres um modelo de dominação, que atua influenciando e movimentando os corpos do masculino e do feminino no interior de um conjunto de ações. Fornecendo uma lógica que impulsiona a dominação sob as mulheres. Apoiada por um discurso institucionalizado na família, igreja, escola e Estado.

O campo de atuação feminina no magistério se restringe a funções estereotipadas que para além do profissionalismo torna sua condição social inferior ao projetar uma imagem de mulher em que sua capacidade intelectual é desvalorizada, enquanto o exercício da maternidade é exaltado.

Os conjuntos de normas existentes na estrutura e as representações sociais e o imaginário que envolve a relação entre o magistério e a mulher são manifestações culturais tecidas por uma teia de significados, construídas nas relações de poder, que, determinaram os papéis femininos e conduziram as mulheres ao magistério. O desejo de algumas mulheres campinenses de ingressar no curso de pedagogia da UFCG, se faz um produto das construções sociais marcadas por ideologia, valores e relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A predominante busca das mulheres pelo curso de pedagogia da UFCG, durante esses primeiros anos do século XXI, não se faz algo natural, mas resultante de construções históricas. Que abrangem multiplicidades de dispositivos culturais que envolvem a inclinação feminina para o magistério, produzindo subjetividades que desconstrói a ideia de naturalização e vocação feminina para a docência.

A construção da imagem da professora está enraizada no processo de educação das mulheres, que baseado em uma cultura falocêntrica era direcionado para prepara estas para serem esposas e mães. Discursos que fundamentados em argumentações biológicas levaram estas a internalizar a ideia de que eram vocacionadas para o magistério.

Para que os profissionais da pedagogia atuem de forma comprometida com os direitos femininos e evitem reproduzir a imagem da mulher silenciada, deformada, marginalizada e estereotipada, mas comprometida em conter o autoritarismo masculino presente nas relações de gênero.

Oferecendo as mulheres possibilidades, através de reflexões quanto aos discursos e ideologias construídas em torno do feminino, que as aprisionam no ambiente doméstico impondo limites ao desenvolvimento e emancipação.

O vínculo entre docência e maternidade acarreta prejuízos para o processo de ensino e aprendizagem, além de estabelecer expectativas em relação ao trabalho das pedagogas que são difíceis de serem alcançadas, gerando sob estas profissionais, desgaste físico, angústia e frustrações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURÃES, Sarah Jane Alves. **Aprendendo a ser professor (a) no século XIX: algumas influências de Pestalozzi, Froebel e Herbart.** Educ. Pesqui. vol.37 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2011.

NERI, R. **O encontro entre a psicanálise e o feminino singularidade/diferença.** In BIRMAN, J Feminilidade. Rio de Janeiro: Espaço Brasileiro de Estados Psicanalíticos 2002.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Gênero e Docência: Infantilização e feminilização nas representações dos discentes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.

ALMEIDA, Ângela Maria Menezes de. **Feminilidade –caminho de subjetivação,** Belo Horizonte, 2012.

ANDRADE, Vivian Galdino de. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. **A COMPREENSÃO DE UMA MODERNIDADE PEDAGÓGICA ATRAVÉS DO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE (1919-1950)** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

BÉLENS, Jussara Natália M. et al. **DE ESPOSA À PROFESSORA: A REPRESENTAÇÃO DO CURSO DO MAGISTÉRIO PARA AS MOÇAS POBRES E MOÇAS DA ELITE, NOS ANOS 70, EM CAMPINA GRANDE-PB.**

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir História da Violência nas prisões.** Tradução M. Pondé vassalo. Petrópolis. Vozes 1º edição. 1987.

LOURO, Guacira Lopes. (org) O corpo educado. **Pedagogias da sexualidade.** Tradução dos artigos. Tomaz Tadeu da Silva- 2ª Ed.-Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

